

PORTARIA Nº 01, DE 30 DE JANEIRO DE 2003.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no parágrafo 3º do art. 165 da Constituição, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre novembro/dezembro de 2002, bem como o demonstrativo da execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

OTACÍLIO CALDEIRA JÚNIOR

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2002 Relatório de Execução Orçamentária

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2002 foi aprovado pela Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 - Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2002 (Suplemento, Parte 3, páginas 2.146 e seguintes). Englobou as programações de 63 empresas estatais federais, sendo 50 do setor produtivo e 13 do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não efetuam investimentos.

2. A partir de julho o universo das empresas integrantes deste Orçamento de Investimento incorporou a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE e no último bimestre do exercício foi, também, acrescido das empresas, ligadas ao Grupo Petrobrás, 5283 Participações Ltda., Braspetro Oil Services Company - BRASOIL, Braspetro Oil Company - BOC e Petrobrás International Braspetro B.V. - PIB BV, passando, então, a contar com 68 unidades orçamentárias.

3. Estas empresas atuam em diversos ramos de atividades, sendo:

- treze, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- três, no setor hospitalar;
- dezessete, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- quatorze, no setor de petróleo, derivados e gás natural, desde a pesquisa, extração, refino e distribuição para o consumidor final;
- oito, no setor de administração portuária. A CODOMAR transferiu, por convênio, a administração e operação do Porto de Itaquí (MA) para empresa estatal pertencente ao Estado do Maranhão. Permanece, entretanto, com a incumbência de administrar duas hidrovias interiores;
- uma, no ramo de serviços postais;
- uma, voltada para o desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como para a proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- duas, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos e insumos militares e de moeda, cédulas, selos e similares; e
- seis, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo, segurança e gestão de ativos.

4. A programação anual para os dispêndios com investimentos das empresas estatais federais, expressa na LOA, recebeu, no decorrer do exercício executado, créditos líquidos no montante de R\$ 629.981.655,00 (seiscentos e vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e um mil e seiscentos e cinquenta e cinco reais), gerando uma dotação final no valor de R\$ 21.992.268.401,00 (vinte e um bilhões, novecentos e noventa e dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e um reais), representando um crescimento de 2,95%.

5. Não obstante o pequeno acréscimo líquido, foram aprovados créditos suplementares ao Orçamento de Investimento no montante de R\$ 6,9 bilhões, equivalentes a 32,2% da despesa global constante da LOA, visando a adequar/ajustar cronogramas e prioridades, incluir novos projetos ou programações de novas empresas etc. Além de indicar novos recursos para suportar o aumento líquido de dotação nas respectivas programações, as empresas promoveram cancelamentos em dotações já aprovadas de sorte a viabilizar a execução de novos compromissos decorrentes dos créditos que lhes foram conferidos.

6. A referida suplementação foi aprovada através dos normativos relacionados a seguir:

Grupo Eletrobrás:

- Lei nº 10.443, de 6 de maio de 2002: permitiu a revisão de prioridades no orçamento da empresa Boa Vista Energia S.A., através de remanejamento de dotações, no valor de R\$ 6,6 milhões, entre suas ações;
- Lei nº 10.614, de 23 de dezembro de 2002: aprovou créditos especiais somando R\$ 339,6 milhões, referentes a novos projetos inseridos nos orçamentos das empresas Eletrobrás, Furnas, Manaus Energia e CEAM, decorrentes da transferência de eventos do exercício de 2001 para esse orçamento, especialmente associados à execução de obras emergenciais autorizadas pela Câmara de Gestão da Crise Energética - CCE, por intermédio das Resoluções nºs 32 e 47, de 30 de julho de 2001 e 18 de setembro de 2001, respectivamente. Os recursos correspondentes às dotações aprovadas são originários do cancelamento de outros projetos das respectivas empresas; e
- Lei nº 10.631, de 27 de dezembro de 2002: aprovou crédito suplementar no valor de R\$ 416,5 milhões, com a finalidade de reforçar/adequar dotações orçamentárias dos respectivos projetos/atividades à real capacidade de geração de recursos das empresas Eletronuclear, Eletrobrás, Eletronorte, Eletrosul, CHESF, Furnas, Eletroacre, CERON, BOVESA, Manaus Energia, CGTEE e CEAM. Para viabilizar tais suplementações, foram aprovados cancelamentos de dotações de projetos/atividades das próprias empresas beneficiadas. Através dessa Lei foi cancelada, também, a dotação alocada à ação "Implantação da Usina Termelétrica em Macaé - RJ, com 500 MW de capacidade", a cargo da Eletrobrás

holding, em virtude de esse projeto não ter sido incluído no Programa Prioritário de Termelétricas - PPT.

Grupo Petrobrás:

- Medida Provisória nº 88, de 20 de dezembro de 2002: aprovou crédito extraordinário no valor total de R\$ 2.259,1 milhões, visando a assegurar limites orçamentários para evitar descontinuidade na implantação de projetos a cargos das empresas Petrobrás holding, BR, TBG, Transpetro, PIFCo e PIB BV, todas integrantes do Grupo Petrobrás. Desse montante a parcela de R\$ 1.729,2 milhões foram destinados a ações do Programa "Oferta de Petróleo e Gás Natural", especialmente àquelas voltadas para exploração e manutenção de sistemas de produção, a cargo da empresa holding. Foi previsto que parte dos novos créditos seriam compensados com o cancelamento de dotações em outros de responsabilidade das mesmas empresas, de forma que o incremento líquido de investimento resultante, no valor de R\$ 722,7 milhões, seria custeado com recursos gerados pelas próprias empresas. Por esta MP foi cancelada a totalidade dos créditos orçamentários destinados à Gaspetro;
- Lei nº 10.617, de 23 de dezembro de 2002: aprovou créditos suplementares para as empresas Petrobrás holding, BR, Braspetro, Petroquisa, Transpetro, PIFCo e REFAP, no montante de R\$ 1.843,4 milhões do Grupo Petrobrás. Ficou consignado, também, que seriam canceladas dotações, anteriormente aprovadas, no montante de R\$ 2.367,7 milhões, resultando em redução líquida nos investimentos do Grupo Petrobrás, no valor de R\$ 524,3 milhões. Parcela correspondente a 87% dos cancelamentos aprovados está relacionada com ações ligadas aos programas "Oferta de Petróleo de Gás Natural", "Refino de Petróleo" e "Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural", a cargo da Petrobrás holding. Entretanto, tais créditos, bem como os cancelamentos, tiveram por finalidade adequar os respectivos cronogramas das empresas do setor de petróleo, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o exercício e, também, ajustar a programação anual em função da incorporação pela Petróleo Brasileiro S.A. de sua subsidiária Petrobrás Internacional S.A. - BRASPETRO, conforme decidido em AGE, realizada em 30.09.2002.
- Lei nº 10.618, de 23 de dezembro de 2002: aprovou créditos especiais aos orçamentos das empresas Petrobrás holding, BR, Braspetro, TBG, FIC e PIFCo, bem como inseriu no âmbito do Orçamento Geral da União, as programações de investimentos das empresas 5283 Participações Ltda, Braspetro Oil Services Company - BRASOIL Braspetro Oil Company - BOC e Petrobrás Internacional Braspetro B.V. - PIB BV. Além de promover ajustes em dotações de projetos em execução, em decorrência de novas prioridades definidas no exercício, esta Lei autorizou acréscimo de dotação no valor de R\$ 1.753,3 milhões que seriam compensados, em grande parte, com o cancelamento de dotações aprovadas para outros projetos e o restante, correspondente ao acréscimo líquido no valor de R\$ 684,3 milhões, seria garantido com recursos de

geração própria das respectivas empresas. Neste instrumento foi sancionado o cancelamento de totalidade dos créditos orçamentários aprovados, na LOA, para a Fronape International Company.

Demais empresas e instituições financeiras:

- Decreto de 27 de junho de 2002: atendeu aos pleitos da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 1,5 milhão, da Companhia Docas do Pará, no valor de R\$ 1,7 milhão, da Companhia Docas do Espírito Santo, no valor de R\$ 12,3 milhões, e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, em montante de R\$ 17,7 milhões;
- Lei nº 10.492, de 8 de julho de 2002: aprovou crédito especial em favor da empresa Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, inserindo sua programação de investimentos, com dotação inicial de R\$ 1,7 milhão, no Orçamento de Investimentos de 2002. Os créditos destinaram-se a ações vinculadas à manutenção de ativos próprios da infra-estrutura de apoio da empresa;
- Lei nº 10.494, de 8 de julho de 2002: atendeu aos pleitos da Companhia Docas do Espírito Santo, no valor de R\$ 3,0 milhões, para Dragagem de Aprofundamento no Porto de Vitória, da Companhia Docas do Pará, no valor de R\$ 361,3 mil, destinados a obra de contenção de talude e ampliação do Píer nº 2 do Porto de Vila do Conde, e da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 733,4 mil, para melhoramento e ampliação da infra-estrutura portuária no Estado do Rio de Janeiro;
- Lei nº 10.503, de 8 de julho de 2002: suplementou o orçamento de investimento do Banco da Amazônia S.A. em R\$ 11,3 milhões, destinados à instalação de agências nos Estados de Rondônia e do Maranhão, bem como à manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos. Para cumprir a nova programação foram previstos cancelamentos em outros projetos, no montante de R\$ 6,7 milhões, e o comprometimento de recursos próprios no valor do acréscimo líquido da despesa;
- Lei nº 10.513, de 11 de julho de 2002: atendeu aos pleitos da Empresa Gestora de Ativos, no valor de R\$ 600,0 mil, para reforçar as dotações de ações de infra-estrutura de apoio, da Companhia Docas do Ceará, no valor de R\$ 320,2 mil, destinados à continuidade das obras de recuperação do Porto de Mucuripe (CE), da Companhia Docas do Espírito Santo, no valor de R\$ 800,0 mil, para a execução do projeto "Duplicação da Ponte de Acesso ao Cais de Capuaba - Porto de Vitória (ES)", e da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 2.405,4 mil, a ser aplicado nas obras do projeto "Construção do Terminal de Minério, Gusa e Produtos Siderúrgicos, no Porto de Sepetiba (RJ)";
- Lei nº 10.518, de 12 de julho de 2002: abriu crédito especial ao orçamento de investimento do Banco da Amazônia S.A., no valor de R\$ 3,8 milhões;
- Decreto de 24 de outubro de 2002: permitiu à Companhia das Docas do Estado da Bahia efetivar o remanejamento para o projeto "Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto de Ilhéus (BA)", de verba orçamentária, no valor de R\$ 400 mil, a

ser subtraída da dotação aprovada para a "Recuperação e Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto de Salvador";

- Decretos de 06 e 25 de novembro de 2002: aprovaram créditos, nos valores de R\$ 400 mil e de R\$ 5,6 milhões, respectivamente, destinados à recuperação e melhoramento da infra-estrutura portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN), a cargo da Companhia Docas do Rio Grande do Norte. Este crédito objetivou a realização de obras emergenciais no Terminal Salineiro, para sanar danos em sua estrutura provocados pelo abalroamento do dolfin nº 3, ocorrido em março de 2002, comprometendo as operações de atracação. Os recursos decorrem de repasses da União para aumento do capital da CODERN;
- Lei nº 10.567, de 18 de novembro de 2002: aprovou acréscimo de dotações aos orçamentos das empresas Hospital Cristo Redentor S.A., no valor R\$ 5,5 milhões, Hospital Fêmina S.A., de R\$ 1,1 milhão e do Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., de R\$ 2,2 milhões, visando à regularização orçamentária da instalação e apropriação contábil de equipamentos hospitalares que lhes foram doados pelo Ministério da Saúde;
- Lei nº 10.573, de 25 de novembro de 2002: aprovou crédito especial autorizando a Caixa Econômica Federal a instalar novas agências nos Estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Os recursos necessários à cobertura dos gastos decorrentes, no valor de R\$ 1.420 mil, foram provenientes do cancelamento de parte da dotação da atividade "Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento";
- Lei nº 10.615, de 23 de dezembro de 2002: aprovou crédito no montante de R\$ 117,6 milhões. Como fontes dos recursos necessários à cobertura dos compromissos autorizados foi arrolado, tanto pela CAIXA como pela ECT, o cancelamento de dotações de outros de seus projetos, e pela CODEBA, receitas próprias. A Caixa Econômica Federal destinou parte de seu crédito total, no valor de R\$ 36,4 milhões, para a instalação de agências nos Estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Goiás;
- Lei nº 10.616, de 23 de dezembro de 2002: aprovou créditos orçamentários, no valor de R\$ 15,0 milhões, solicitados pelas empresas COBRA, BEC, CODESA, CDP e CDRJ, objetivando adequar os respectivos cronogramas de desembolso, em decorrência de revisão do programa de obras para 2002. O acréscimo líquido de gastos, no montante de R\$ 14,3 milhões, seria compensado com o aumento de receita das próprias empresas. Dentre as ações beneficiadas com acréscimos de dotação, destacam-se a "Modernização de Agências - no Estado do Ceará" e "Melhoria da Infra-estrutura de Apoio", a cargo do Banco do Estado do Ceará, a "Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória (ES)", pela Companhia Docas do Espírito Santo, e a "Execução de Obras de Infra-Estrutura no Porto de Belém (PA)", pela Companhia Docas do Pará;
- Lei nº 10.623, de 23 de dezembro de 2002: aprovou créditos em favor do Banco do Brasil S.A., para Instalação de Agências nos

Estado de Roraima, do Amapá e do Paraná e para a Modernização de Agências nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, bem como da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, para a manutenção da respectiva infra-estrutura tecnológica. Os recursos necessários ao cumprimento dessas dotações decorrem de cancelamento de dotações de outras ações das próprias empresas.

7. Foi editada também a Portaria nº 573/MP, de 27 de dezembro de 2002, que modificou as fontes de recursos do Orçamento de Investimento constantes da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, em favor de diversas empresas do Grupo Petrobrás, de modo a viabilizar a execução de suas respectivas programações de despesas.

8. Fatos relevantes sobre empresas que tiveram suas programações aprovadas para 2002:

- foram privatizados, mediante leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 04.12.2001, o Banco do Estado de Goiás S.A., juntamente com suas controladas, adquirido pelo Banco Itaú S.A., por R\$ 665 milhões, e em 24.01.2002, o Banco do Estado do Amazonas S.A., cujo controle acionário foi alienado ao Banco Bradesco S.A., por R\$ 182,4 milhões. O BEA realizou investimentos no primeiro bimestre de 2002;
- a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social teve sua denominação alterada para Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV;
- na programação de investimentos da Petrobrás Internacional S.A. - BRASPETRO, aprovada na LOA, foram consolidados, também, os dispêndios previstos por sua controlada Braspetro Oil Services Company - BRASOIL, empresa que atua no exterior. Nas LOA's anteriores, as programações de investimentos destas duas empresas, do Grupo Petrobrás, eram apresentadas em separado. Tal situação voltou a ocorrer, tendo em vista incorporação da BRASPETRO pela Petrobrás holding, em 30 de setembro de 2002, e a conseqüente inserção da BRASOIL no Orçamento de Investimento; e
- como conseqüência de reestruturação corporativa, aprovada em AGE, de 29 de setembro de 2002, visando, também, incrementar e aprimorar suas operações no exterior, a Petrobrás holding incorporou a sua subsidiária BRASPETRO, que por sua vez era líder da empresa BRASOIL, a qual passou, então, a ser controlada direta da Petrobrás holding. Tal movimento foi registrado no Orçamento de Investimento, no último bimestre do ano, através da inclusão da programação da BRASOIL, bem como dos investimentos de duas outras empresas do grupo, a BOC e a PIB BV.

9. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2002 (Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001), contempla os dispêndios de capital destinados exclusivamente à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, exclusive os dispêndios com a aquisição de bens destinados a arrendamento mercantil.

Despesa por Órgão

10. A Tabela 01 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por ÓRGÃO, informando a dotação anual de cada ministério setorial para o exercício de 2002 e os valores realizados no exercício de 2002.

TABELA 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DE 2002
Dados consolidados da Despesa, por Órgão

Descritores	Valores em R\$ 1.00			
	Dotação Anual (LOA+créditos)	Realizado no 6º Bimestre	Realizado no exercício	Desemp. %
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15.919.000	1.462.219	2.714.509	17,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	6.477.800	335.792	1.117.233	17,2
Ministério da Fazenda	2.393.720.749	529.792.897	1.227.703.615	51,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	35.724.000	10.294.794	22.211.788	62,2
Ministério de Minas e Energia	18.443.963.388	4.093.586.518	16.681.508.162	90,4
Ministério da Previdência e Assistência Social	35.000.000	11.570.001	16.890.748	48,3
Ministério da Saúde	20.944.733	789.060	12.796.063	61,1
Ministério dos Transportes	220.086.731	34.508.389	103.316.560	46,9
Ministério das Comunicações	691.732.000	202.622.084	618.736.630	89,4
Ministério da Defesa	128.700.000	19.767.269	92.883.054	72,2
Total	21.992.268.401	4.904.729.023	18.779.878.362	85,4

11. O Ministério de Minas e Energia, no qual estão concentradas 88,8% das despesas realizadas pelas empresas estatais no ano de 2002, obteve, nesse aspecto, o melhor desempenho dentre os Órgãos arrolados na Tabela 01, ao cumprir mais de 90% de sua programação. Vale lembrar que somente os investimentos da Petrobrás holding, com nível realização próximo de 100%, representam 53,0% dos correspondentes gastos das empresas vinculadas ao MME. Em seguida, vem o Ministério das Comunicações, Órgão supervisor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que obteve desempenho próximo de 90%. Os demais ministérios apresentaram níveis médios de realização, em relação às respectivas programações de investimentos, abaixo da média geral do Orçamento de Investimento, de 85,4%, sendo que, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Ciência e Tecnologia implementaram menos 20% de suas respectivas dotações agregadas.

Fontes de financiamento dos investimentos

12. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados das Fontes de Financiamento dos Investimentos

Descritores	Valores em R\$ 1.00			
	Dotação Anual (LOA+créditos)	Realizado no 6º Bimestre	Realizado no exercício	Desemp. %
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Recursos Próprios	15.465.063.101	4.137.987.434	16.041.481.768	103,7
Geração Própria	15.465.063.101	4.137.987.434	16.041.481.768	103,7

Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	467.093.634	145.338.150	311.809.717	66,8
Tesouro	156.867.651	19.882.796	78.212.027	49,9
Direto	121.400.000	16.549.420	45.935.913	37,8
Saldos de Exercícios Anteriores	35.467.651	3.333.376	32.276.114	91,0
Controladora	301.477.706	124.666.294	232.808.630	77,2
Outras Fontes	8.748.277	789.060	789.060	9,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.226.105.710	197.636.523	1.037.102.259	46,6
Internas	573.654.362	137.863.983	494.348.719	86,2
Externas	1.652.451.348	59.772.540	542.753.540	32,8
Outros Recursos de Longo Prazo	3.834.005.956	423.766.916	1.389.484.618	36,2
Controladora	3.101.290.956	203.422.173	926.320.941	29,9
Outras Estatais	492.715.000	220.344.743	463.163.677	94,0
Outras Fontes	240.000.000	0	0	0,0
Total	21.992.268.401	4.904.729.023	18.779.878.362	85,4

13. Dos gastos realizados com investimentos até o **sexto** bimestre de 2002, a significativa parcela, equivalente a 85,4% do total, foi financiada com recursos de geração própria, representando um incremento da ordem de 3,7% sobre sua correspondente parcela componente da dotação anual, tendo em vista, principalmente, o baixo desempenho das fontes contratadas através de operações de crédito, efetivadas em apenas 46,6% do previsto, e, também, de outros recursos de longo prazo, em somente 36,2%. Na composição da cesta de recursos, estas fontes, que deveriam contribuir com 27,5%, agregaram apenas 12,9% dos recursos efetivos, indicando alteração de política de financiamentos ou dificuldade na contratação de recursos de terceiros.

14. Observa-se, na Tabela 02, que enquanto foram utilizados 103,7% dos recursos próprios previstos, das fontes onerosas de longo prazo, contratadas junto a instituições financeiras, empresas estatais ou outras fontes, o nível de realização ficou aquém dos 50%. A efetiva captação de recursos através de operações de crédito internas atingiu 86,2% da posição prevista, entretanto representou apenas 2,6% cesta de recursos para investimentos das estatais. Situação similar ocorreu em relação aos recursos de longo prazo efetivamente captados junto a outras estatais, que, mesmo atingindo 94,0% da programação, somaram apenas 2,5% ao montante das fontes. Das fontes de recursos para aumento do Patrimônio Líquido, que somadas compuseram parcela de apenas 1,7% dos recursos globais utilizados, destacaram-se, pelo desempenho de 77,2%, as participações acionárias das respectivas controladoras. O Tesouro contribuiu com apenas 0,2% dos recursos utilizados, transferidos para as empresas "docas" e para Indústria de Material Bélico do Brasil, como aporte de capital. Parte desses valores refere-se à utilização de saldo de recursos já repassados às empresas em exercícios anteriores.

Despesa por Funções e Subfunções

15. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por FUNÇÕES, constituindo o maior nível de agregação dos valores. Tal classificação guarda relação com a estrutura organizacional do Poder Executivo e representa as áreas através das quais este busca alcançar os objetivos nacionais.

16. As tabelas 03 e 04 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no ano de 2002, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 03 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa – por **Função**

Descrições	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Anual (LOA+créditos) (a)	Realizado no 6º Bimestre (b)	Realizado no exercício (c)	Desemp. % (c/a)
Administração	121.087.500	17.075.116	86.624.324	71,5
Previdência Social	35.000.000	11.570.001	16.890.748	48,3
Saúde	20.944.733	789.060	12.796.063	61,1
Ciência e Tecnologia	6.477.800	335.792	1.117.233	17,2
Agricultura	15.919.000	1.462.219	2.714.509	17,1
Indústria	30.830.000	4.850.900	16.526.440	53,6
Comércio e Serviços	2.775.874.236	624.416.164	1.633.410.196	58,8
Comunicações	691.732.000	202.622.084	618.736.630	89,4
Energia	17.251.963.301	3.725.430.894	15.492.285.522	89,8
Transporte	1.042.439.831	316.176.793	898.776.697	86,2
Total	21.992.268.401	4.904.729.023	18.779.878.362	85,4

TABELA 04 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa – por **Subfunção**

Descrições	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Anual (LOA+créditos) (a)	Realizado no 6º Bimestre (b)	Realizado no exercício (c)	Desemp. % (c/a)
Administração Geral	38.600.000	11.885.609	19.063.516	49,4
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.944.733	789.060	12.796.063	61,1
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	329.986.400	96.450.606	329.698.765	99,9
Abastecimento	15.919.000	1.462.219	2.714.509	17,1
Produção Industrial	1.944.246.650	699.110.328	1.834.362.941	94,3
Comercialização	381.322.530	89.835.670	401.629.309	105,3
Serviços Financeiros	2.398.760.549	535.014.741	1.231.903.690	51,4
Turismo	996.000	11.424	254.192	25,5
Comunicações Postais	691.732.000	202.622.084	618.736.630	89,4
Conservação de Energia	10.394.000	2.841.460	10.088.107	97,1
Energia Elétrica	4.841.334.575	778.592.230	3.360.650.581	69,4
Petróleo	9.214.215.898	1.984.988.938	8.981.100.655	97,5
Transporte Aéreo	125.000.000	19.442.883	90.536.104	72,4
Transporte Hidroviário	1.038.527.331	313.809.026	894.864.917	86,2
Transportes Especiais	940.288.735	167.872.745	991.478.383	105,4
Total	21.992.268.401	4.904.729.023	18.779.878.362	85,4

Despesa por Programas

17. Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos

pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido através da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que compõem o programa.

18. A Tabela 05 mostra os valores de realização das empresas estatais federais, no bimestre em análise, agregados nos 36 programas contemplados no Orçamento de Investimento de 2002. Ressalta, também, o vulto de alguns deles, relacionados, principalmente, com as áreas de petróleo e de energia elétrica, em comparação aos demais, bem como o desnível entre os respectivos indicadores de desempenho. Neste quesito, cabe destacar os seguintes:

- dos cinco maiores programas, por volume de investimentos realizados, três agregam ações da área de petróleo e derivados - Oferta de Petróleo e Gás Natural, com 37,8% dos gastos totais, Refino de Petróleo, com 9,7%, e Atuação Internacional na Área de Petróleo, com 7,7%. Um consolida ações do setor de energia elétrica - Energia na Rede Sudeste, com participação de 6,4% no montante global dos investimentos das estatais, e, com 6,3%, o programa Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio, que subordina as ações destinadas à implementação, adequação, modernização e manutenção dos ativos que emprestam apoio às atividades fins das empresas;
- com níveis de realização acima de 100% das respectivas programações anuais apareceram: Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool, Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural e ainda Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo; e
- com execução acima de 85,4% (média geral) e abaixo de 100%, constam 12 títulos, dos quais se destacaram, pelo volume de recursos aplicados: todos os programas voltados para a área de petróleo, derivados e gás natural; na área de energia elétrica, os programas Integração Elétrica Norte-Sul e Energia nos Eixos do Centro-Oeste; e ainda os programas Serviços Postais e Corredor Oeste-Norte, este voltado para a infra-estrutura de transportes.

TABELA 05 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa, por Programa

Descritores	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Anual (LOA+créditos)	Realizado no 6º Bimestre	Realizado no exercício	Desemp. %
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Qualidade e Eficiência do SUS	17.252.733	469.004	11.741.691	68,1
Gestão da Política de Previdência Social	32.200.000	11.290.983	16.275.862	50,5
Reassentamento de Itaparica	121.279.425	15.586.260	71.064.256	58,6
Corredor São Francisco	30.000.000	5.294.893	8.694.062	29,0
Corredor Leste	61.665.724	11.284.327	42.804.549	69,4
Corredor Transmetropolitano	40.420.000	2.840.214	7.616.365	18,8
Corredor Nordeste	70.501.381	13.372.613	37.068.026	52,6
Corredor Oeste-Norte	195.094	4.340	175.344	89,9
Corredor Araguaia-Tocantins	7.563.840	892.021	3.416.660	45,2
Corredor Fronteira Norte	496.992	0	47.023	9,5
Serviços Postais	575.032.000	156.309.287	534.415.389	92,9
Atuação Internacional na Área de Petróleo	1.487.983.976	368.254.889	1.444.748.687	97,1
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool	327.314.075	87.055.721	360.236.636	110,1
Oferta de Petróleo e Gás Natural	7.235.880.000	1.502.344.144	7.100.358.844	98,1
Racionaliz. do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás Natural - CONPET	11.739.246	2.930.442	10.740.394	91,5
Refino de Petróleo	1.913.416.650	694.259.428	1.817.836.501	95,0
Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural	940.288.735	167.872.745	991.478.383	105,4

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	764.611.688	273.225.288	737.912.096	96,5
Energia no Eixo Arco Norte	20.524.710	4.471.128	15.330.355	74,7
Energia nos Eixos do Centro-Oeste	195.403.265	28.337.372	178.538.688	91,4
Energia nos Eixos do Nordeste	938.526.927	130.082.263	502.395.920	53,5
Energia no Eixo Sul	319.381.193	48.566.190	155.268.073	48,6
Energia na Rede Sudeste	1.671.338.695	230.278.037	1.192.731.625	71,4
Energia no Eixo Madeira-Amazonas	348.753.250	67.386.472	236.771.152	67,9
Integração Elétrica Norte-Sul	870.443.873	188.423.144	826.380.650	94,9
Produção e Abastecimento Alimentar	11.779.000	1.078.279	1.858.270	15,8
Pesquisa Aplicada na Área Energética	16.903.000	3.685.459	11.922.228	70,5
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Petróleo	336.104.322	98.252.887	336.147.138	100,0
Qualidade Ambiental	40.920.887	3.157.254	16.559.072	40,5
Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo	22.037.500	3.803.651	6.992.727	31,7
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	88.200.000	12.325.933	74.210.494	84,1
Nacionalização do Material Bélico	3.100.000	266.918	1.954.115	63,0
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	27.000.000	4.468.930	14.107.667	52,3
Investimento de Instituições Financeiras em Infra-Estrutura Operacional	1.540.263.272	338.289.510	825.141.560	53,6
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	1.873.380.937	427.275.547	1.173.945.995	62,7
Luz no Campo	30.366.011	1.293.450	12.991.865	42,8
Total	21.992.268.401	4.904.729.023	18.779.878.362	85,4

Despesa por Órgão/Unidade

19. A Tabela 06 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por ÓRGÃO e por UNIDADE, informando a dotação, aprovada para 2002, de cada ministério setorial e de cada empresa, bem como os valores realizados no exercício.

20. A respeito da alocação de recursos por projeto/atividade, cabe observar que dos 519 subtítulos aprovados para execução no âmbito do Orçamento de Investimento, inclusive os decorrentes de créditos, 325 eram projetos e 194 constituíam atividades. Desse total, 76 sequer foram iniciados, ou mesmo, receberam qualquer tipo implementação. Em 310 foram efetivados gastos variando de 0,01% a 85,4% das respectivas dotações. Sob essa mesma ótica, em 103 subtítulos foram apropriados gastos que somaram de 85,4% a 100% das pertinentes programações.

TABELA 06 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa, por Órgão/Unidade

Descrições	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Anual (LOA+créditos)	Realizado no 6º Bimestre	Realizado no exercício	Desemp. %
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	15.919.000	1.462.219	2.714.509	17,1
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.	8.163.000	1.326.749	1.793.989	22,0
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais	2.100.000	23.309	390.900	18,6
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	5.656.000	112.161	529.620	9,4
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.477.800	335.792	1.117.233	17,2
Financiadora de Estudos e Projetos	6.477.800	335.792	1.117.233	17,2
MINISTÉRIO DA FAZENDA	2.393.720.749	529.792.897	1.227.703.615	51,3
Banco da Amazônia S.A.	35.443.750	12.041.539	17.078.587	48,2
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	40.047.401	1.939.555	11.882.450	29,7
Casa da Moeda do Brasil	27.000.000	4.468.930	14.107.667	52,3
IRB - Brasil Resseguros S.A.	8.404.534	299.922	919.236	10,9
Caixa Econômica Federal	835.031.776	163.318.219	546.290.053	65,4
COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.	4.000.000	612.780	2.594.319	64,9
Banco do Brasil S.A.	1.383.057.876	346.358.990	628.288.974	45,4
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda.	996.000	11.424	254.192	25,5
Banco do Estado do Ceará S.A.	23.408.282	158.298	1.403.120	6,0
Banco do Estado de Goiás S.A.	12.182.300	(*)	0	0,0
Banco do Estado do Amazonas S.A.	6.500.000	(*)	172.768	2,7
Banco do Estado do Piauí S.A.	2.035.540	8.867	177.781	8,7
Banco do Estado do Maranhão S.A.	8.207.550	242.370	1.334.979	16,3
BEM Serviços Gerais Ltda.	1.466.000	0	0	0,0

BEM Vigilância e Transporte de Valores S.A.	100.000	0	0	0,0
Banco do Estado de Santa Catarina S.A.	2.239.740	16.395	1.026.721	45,8
Empresa Gestora de Ativos	3.600.000	315.608	2.172.768	60,4
MINISTÉRIO DO DESENVOLV., INDÚST. E COMÉRCIO EXTERIOR	35.724.000	10.294.794	22.211.788	62,2
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	35.724.000	10.294.794	22.211.788	62,2
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	18.443.963.388	4.093.586.518	16.681.508.162	90,4
Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial	1.700.000	11.073	1.169.068	68,8
GRUPO ELETROBRAS	4.839.634.575	778.581.157	3.359.481.513	69,4
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	10.000.000	623.327	6.133.892	61,3
Eletrobrás Termonuclear S.A.	409.252.632	71.908.858	210.533.421	51,4
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	80.374.252	7.774.827	11.633.926	14,5
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	1.103.730.996	220.465.352	1.080.383.057	97,9
Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.	305.784.600	52.384.014	176.045.855	57,6
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	954.376.815	131.823.217	505.285.715	52,9
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.621.400.000	240.701.662	1.198.456.475	73,9
Light Participações S.A.	50.000	4.337	7.932	15,9
Companhia de Eletricidade do Acre	17.022.997	1.155.719	5.583.517	32,8
Companhia Energética de Alagoas	41.000.000	4.596.105	22.923.866	55,9
Companhia Energética do Piauí	54.047.711	2.242.302	13.749.363	25,4
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.	44.029.962	5.252.345	21.983.631	49,9
Boa Vista Energia S.A.	10.600.000	236.462	5.947.883	56,1
Manaus Energia S.A.	71.103.980	31.623.493	52.301.642	73,6
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	36.434.000	3.067.592	9.041.890	24,8
Companhia Energética do Amazonas	80.426.630	4.721.545	39.469.448	49,1
GRUPO PETROBRAS	13.602.628.813	3.314.994.288	13.320.857.581	97,9
Petróleo Brasileiro S.A.	8.913.877.242	2.107.285.556	8.847.269.643	99,3
Braspetro Oil Services Company	6.997.018	1.376.359	1.376.359	19,7
Petrobrás Distribuidora S.A.	373.429.487	88.797.403	397.602.460	106,5
Petrobrás Gás S.A.	0	0	0	-
Petrobrás Internacional S.A.	743.200.000	0	741.662.377	99,8
Petrobrás Química S.A.	130.000	57.584	71.823	55,2
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia - Brasil S.A.	507.722.508	39.149.536	497.872.044	98,1
Petrobras Transporte S.A.	818.440.600	279.300.637	791.548.357	96,7
Fronape International Company	0	0	0	-
Petrobrás International Finance Company	951.050.000	194.523.486	824.015.250	86,6
Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	542.815.000	236.248.838	514.593.557	94,8
5283 Participações Ltda.	40.448.037	5.370.194	17.340.194	42,9
Braspetro Oil Company	8.922.861	13.699.730	16.097.922	180,4
Petrobrás International Braspetro B.V.	695.596.060	349.184.965	671.407.595	96,5
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	35.000.000	11.570.001	16.890.748	48,3
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência. Social - DATAPREV	35.000.000	11.570.001	16.890.748	48,3
MINISTÉRIO DA SAÚDE	20.944.733	789.060	12.796.063	61,1
Hospital Cristo Redentor S.A.	8.907.743	31.340	7.284.564	81,8
Hospital Fêmeina S.A.	2.412.797	467.418	2.794.233	115,8
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	9.624.193	290.302	2.717.266	28,2
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	220.086.731	34.508.389	103.316.560	46,9
Companhia Docas do Ceará	11.820.182	3.163.278	5.518.153	46,7
Companhia Docas do Espírito Santo	52.680.000	10.026.684	40.628.837	77,1
Companhia das Docas do Estado da Bahia	30.200.000	5.335.982	8.893.550	29,4
Companhia Docas do Estado de São Paulo	42.880.500	3.145.270	8.446.124	19,7
Companhia Docas do Maranhão	500.000	0	5.359	1,1
Companhia Docas do Pará	8.755.926	933.519	4.067.337	46,5
Companhia Docas do Rio de Janeiro	12.665.724	1.560.958	3.486.043	27,5
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	60.584.399	10.342.698	32.271.157	53,3
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	691.732.000	202.622.084	618.736.630	89,4
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	691.732.000	202.622.084	618.736.630	89,4
MINISTÉRIO DA DEFESA	128.700.000	19.767.269	92.883.054	72,2
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária	125.000.000	19.442.883	90.536.104	72,4
Indústria de Material Bélico do Brasil	3.700.000	324.386	2.346.950	63,4
Total	21.992.268.401	4.904.729.023	18.779.878.362	85,4

Nota: (*) Empresa privatizada

21. Os 30 subtítulos restantes, os quais tiveram os próprios limites de gastos anuais ultrapassados, constituíam ativos das empresas Petrobrás (20), BR (3), Transpetro e REFAP (2 cada uma), e, com um subtítulo cada, as empresas CEAL, BOC e Hospital Fêmeina.

22. Os limites 85,4% e 100% referem-se ao desempenho médio observado e ao nível de realização esperado do conjunto das empresas ao final do exercício, na ordem.

23. O conjunto das empresas estatais integrantes do Orçamento de Investimento 2002 executou 85,4% da dotação anual, sendo de destacar o desempenho individual, acima desse nível, das unidades: Petróleo Brasileiro S.A., que executou 99,3% de sua programação; Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., 98,1; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., 97,9%; Petrobrás Transporte S.A., 96,7%; Petrobrás International Braspetro B.V., 96,5%; Alberto Paqualini - REFAP S.A., 94,8%; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 89,4%; e Petrobrás International Finance Co., que implementou 86,6% de sua programação anual de investimentos. As empresas Petrobrás Distribuidora S.A., Hospital Fêmeina S.A. e Braspetro Oil Company, extrapolaram suas respectivas dotações autorizadas, em 6,5%, 15,8% e 80,4%, respectivamente.

24. Cinco empresas nada realizaram no ano, a BEM Serviços Gerais Ltda., a BEM Vigilância e Transporte de Valores S.A., a Petrobrás Gás S.A., a Petrobrás Transporte S.A. e o Banco do Estado de Goiás S.A., este por ter sido privatizado em dezembro de 2001; cinco entidades investiram valores inferiores a 10% de suas respectivas dotações, sendo que o Banco do Estado do Amazonas foi privatizado no 1º bimestre do ano e a Companhia Docas do Maranhão teve seus ativos operacionais transferidos para o Estado do Maranhão. Vinte e seis empresas apresentaram desempenho no intervalo de 10 a 50 por cento e vinte realizaram mais de 50% de suas programações sem, no entanto, conseguir atingir a média geral de 85,4%.

Distribuição geográfica da despesa

25. A distribuição geográfica da despesa realizada no ano apresentou a seguinte composição percentual: Região Sudeste, 26,6%; Nordeste, 8,4%; Norte, 5,4%; Sul, 5,1%; e Centro-Oeste, 1,7%. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico *Nacional* e representaram 40,7% do montante realizado. Os investimentos implementados no exterior participaram com 12,1%.

26. A Tabela 07 apresenta quadro consolidado da despesa por macro-região geográfica, informando as respectivas dotações e os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Como se pode observar, a distribuição dos gastos realizados guarda razoável grau de coerência com a regionalização programada.

TABELA 07 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa, por **Macro-Região**

Descritores	Dotação Anual (LOA+créditos) (a)	Realizado no bimestre (b)	Realizado no exercício (c)	Valores em R\$ 1,00 Composição %	
				(a / Ta)	(c / Tc)
				Nacional	8.728.981.507
Exterior	2.446.213.976	564.154.734	2.271.899.697	11,1	12,1

Região Norte	1.178.562.526	237.548.411	1.011.200.549	5,4	5,4
Região Nordeste	2.299.563.384	357.002.184	1.584.262.371	10,5	8,4
Região Sudeste	5.723.412.883	1.279.874.166	4.993.357.305	26,0	26,6
Região Sul	1.198.758.303	381.784.280	954.198.712	5,5	5,1
Região Centro-Oeste	416.775.822	85.788.392	323.120.590	1,9	1,7
Total (T)	21.992.268.401	4.904.729.023	18.779.878.362	100,0	100,0

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

27. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 (LDO/2002).

28. Os valores constantes da tabela 08 foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos concedidos aos principais setores de atividades.

Tabela 08 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2002

(Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 - LDO 2002)

Quadro consolidado das aplicações em Operações de Crédito - por Setor de Atividade

Setor de atividade	Valores em R\$ mil			
	Programação (LDO de 2002)	Realizado no 6º bimestre	Realizado no exercício	Desemp. (%)
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
Rural	1.088.706	361.513	2.376.839	218,3
Industrial	25.339.524	1.273.855	14.629.156	57,7
Comércio	3.953.699	776.982	4.482.798	113,4
Intermediários Financeiros	25.742.962	3.224.073	21.636.426	84,0
Outros Serviços	19.536.041	1.910.299	16.676.647	85,4
Habitação	2.793.026	1.119.812	3.250.724	116,4
Outros	995.314	(27.497)	1.605.926	161,3
TOTAL	79.449.272	8.639.037	64.658.516	81,4

Fonte: MP/SE/DEST

29. As quinze agências financeiras oficiais de fomento mantêm operações e repasses de recursos para os mais diversos setores de atividades econômicas e financeiras, cujo saldo líquido do movimento, registrado ao final do exercício, atingiu a cifra de R\$ 64,7 bilhões, representando um desempenho de 81,4% sobre o saldo previsto e, também, um acréscimo de 591%, sobre a posição dezembro de 2001, dado que o saldo, naquele ano, resultou negativo, em R\$ 10,9 bilhões. Merecem destaque pelo desempenho: o Banco do Estado do Ceará, que realizou empréstimos de sorte ampliar o saldo proposto em 35,6%, a Caixa Econômica Federal, em 21,1%, o Banco do Brasil, em 6,4%, e o Banco da Amazônia, que superou sua previsão de saldo em 1,8%. Em termos de volume de saldo destacou-se o Grupo BNDES com participação de 80,1% do montante geral atingido pelas Instituições. Na seqüência, veio o Banco do Brasil, com 11,3%, e a CAIXA, com participação de 7,9%.

30. Entretanto, os dados consolidados por setor de atividade, apresentados na Tabela 08, mostram que ocorreram acréscimos nos saldos

de empréstimos em todos os setores considerados. Da comparação dos saldos líquidos de recursos alocados aos setores de atividade, resulta a seguinte composição do montante líquido repassado pelas agências financeiras oficiais de fomento à economia, de janeiro a dezembro de 2002: intermediação financeira, com 33,5%; outros serviços, 25,8%; indústria, 22,6%; comércio, 6,9%; habitação, 5,0%; rural, 3,7%; e os demais setores, que mantiveram saldos correspondentes a 2,5% do total líquido aplicado no período.

31. A aplicação de recursos pelas agências de fomento, através de repasses, empréstimos e financiamentos, aos principais setores da economia, distribuídos por macro-região geográfica, está apresentada na Tabela 09

Tabela 09 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2002

(Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 - LDO 2002)

Quadro consolidado das aplicações em Operações de Crédito - por Macro-Região / Setor de Atividade

Valores em R\$ mil

Setor de atividade	Programação (LDO de 2002)	Realizado no 6º bimestre	Realizado no exercício	Desemp .(%)
	(a)	(b)	(c)	(c/a)
REGIÃO CENTRO-OESTE	3.923.227	1.741.906	4.567.357	116,4
Rural	168.245	37.747	142.683	84,8
Indústria	474.188	641	265.114	55,9
Comércio	338.210	75.991	378.768	112,0
Intermediários Financeiros	1.967.496	686.817	2.252.325	114,5
Outros Serviços	729.237	856.624	1.255.983	172,2
Habitação	171.924	52.141	111.978	65,1
Outros	73.926	31.944	160.507	217,1
REGIÃO NORTE	4.686.465	430.519	3.481.718	74,3
Rural	264.228	304.416	465.012	176,0
Indústria	745.847	104.523	596.577	80,0
Comércio	172.109	62.033	189.039	109,8
Intermediários Financeiros	1.037.503	260.323	735.434	70,9
Outros Serviços	2.348.611	41.153	1.789.841	76,2
Habitação	13.639	14.262	14.365	105,3
Outros	104.528	(356.192)	(308.550)	(295,2)
REGIÃO NORDESTE	9.534.923	766.772	7.090.804	74,4
Rural	(443.559)	(171.418)	803.787	281,2
Indústria	3.433.186	11.155	267.517	7,8
Comércio	690.664	88.626	721.247	104,4
Intermediários Financeiros	3.020.959	135.775	2.136.443	70,7
Outros Serviços	2.393.172	504.527	2.559.185	106,9
Habitação	120.616	111.126	208.051	172,5
Outros	319.886	86.982	394.574	123,3
REGIÃO SUDESTE	47.468.383	3.608.012	38.486.469	81,1
Rural	641.900	85.344	428.023	66,7
Indústria	19.903.527	1.071.713	12.900.770	64,8
Comércio	2.072.410	401.970	2.430.008	117,3
Intermediários Financeiros	11.294.931	910.375	9.675.289	85,7
Outros Serviços	11.136.957	200.399	9.590.320	86,1
Habitação	2.077.050	776.952	2.538.638	122,2
Outros	341.609	161.259	923.422	270,3
REGIÃO SUL	13.836.275	2.091.827	11.032.165	79,7
Rural	457.893	105.424	537.334	117,3

Indústria	782.776	85.823	599.178	76,5
Comércio	680.306	148.363	763.736	112,3
Intermediários Financeiros	8.422.074	1.230.783	6.836.935	81,2
Outros Serviços	2.928.064	307.596	1.481.318	50,6
Habitação	409.798	165.328	377.692	92,2
Outros	155.364	48.510	435.973	280,6
TOTAL	79.449.272	8.639.036	64.658.514	81,4

Fonte: MP/SE/DEST

32. No setor industrial foram aplicados 33,5% dos recursos líquidos destinados à Região Sudeste, a qual concentrou 59,5% do fluxo total de recursos alocados no País, pelas Agências Financeiras Oficiais de Fomento, no período sob comentários. Em seqüência, destacam-se intermediários financeiros, com 25,1%, outros serviços, com participação de 24,9%, habitação, com 6,6%, comércio, com 6,3%, e outros setores, com 2,4%.

33. Nesta linha de análise, cabe ressaltar a participação da Região Sul, com fluxo de aplicações representando 17,1% do montante nacional, sendo mais significativos, no âmbito desta região, os setores de intermediação financeira, com 62,0%, outros serviços, com 13,4%, e de comércio, com 6,9%.

34. Na Região Nordeste, estão concentrados 11,0% dos valores decorrentes de operações de empréstimos e repasses concedidos no ano, pelas agências federais de fomento, nela destacando-se a participação dos setores outros serviços, com 36,1%, de intermediação financeira, com 30,1%, rural, com 11,3%, comercial, com 10,2% e outros, com 5,6%.

35. As Regiões Centro-Oeste e Norte chegaram ao final do bimestre, ora acompanhado, com operações de fomento equivalentes a 7,1% e 5,4%, respectivamente, do total de operações ativas da espécie aqui analisadas. Naquela, os setores que mais se beneficiaram de novos recursos de repasses e financiamentos foram o de intermediação financeira, com 49,3%, e o de outros serviços, com 27,5%. Na Região Norte os setores mais aquinhoados foram o de outros serviços, com 51,4%, e o de intermediários financeiros, com 21,1% do movimento observado em 2002. Nessa região foi registrada redução líquida no saldo de empréstimos a ela dirigidos, através de outros setores da economia no valor de R\$ 308,6 milhões.

MP/SE/DEST
Port6_2002
30.01.2003